

APRESENTAÇÃO

RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

Este número da Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) é dedicado às questões do mundo do trabalho analisado sob o olhar das relações de gênero, raça e etnia. No Brasil, os estudos de gênero surgiram a partir dos estudos sobre o tema “mulher” na força de trabalho. Nas universidades e centros de pesquisa, este tema teve como estudos pioneiros os de Heleieth Saffioti (1969), Felícia Madeira e Paul Singer (1975) e Eva Blay (1978). Tanto o trabalho de Saffioti como o de Blay originavam-se de teses de doutoramento defendidas em 1967 e 1972, respectivamente, em centros universitários nacionais.

Diferentemente dos EUA, onde os estudos de gênero e raça se originaram dos movimentos de protesto ocorridos nos anos 1960, nas universidades, aqui o processo deu-se de forma diferente: os estudos de gênero avançaram timidamente no ambiente universitário de São Paulo e Rio de Janeiro. Este foi impulsionado por mulheres docentes e pesquisadoras a partir da realização de vários seminários sobre a condição feminina. Vale lembrar que o marco destas iniciativas foi a Conferência “*A Mulher na Força de Trabalho na América Latina*”, realizada em 1978 no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ/RJ, sob a coordenação de Neuma Aguiar.

Logo depois foram criados grupos de trabalho em algumas associações de cientistas sociais: em 1978, na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP); em 1979, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), o GT - Grupo de Trabalho Mulher na Força de Trabalho; e em 1980 o GT – Mulher na Política. Por sua vez, em 1982, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) implantou o GT Identidade Feminina (BRUSCHINI e UNBEHAUM, 2002). Os anos 1980 marcaram o avanço dos estudos sobre as relações de gênero nas universidades com a criação de vários Núcleos de Estudos sobre Mulher/Gênero. Esta agitação foi impulsionada pelo levante do movimento feminista brasileiro, a partir de 1975, quando a Organização das Nações Unidas proclamou o Ano Internacional da Mulher. No ambiente sombrio dos anos de chumbo, a chancela da ONU legitimou o movimento feminista brasileiro e permitiu o avanço dos estudos de gênero nas décadas seguintes tanto nas universidades como no movimento social.

Assim, as questões do trabalho se configuram como um espaço de pesquisa e se tornam a ponta de lança do questionamento das fronteiras tradicionais relacionadas com a sociologia da família. Não havia dúvida em relação ao status matrimonial das mulheres; este condicionava a relação com o mercado de trabalho, sobretudo a partir do avanço industrial que separou o domicílio do local da produção assalariada (AGUIAR, 1997). A partir desta constatação, Joan Scott e Louise Tilly no livro “*Women, Work and Family*” (1978) sublinhavam que estas realidades são inseparáveis. Isso explica a forte presença dos termos da análise marxista, formatando inicialmente as categorias do feminismo: classe de sexo, luta de sexos, patriarcado. Esta vertente é bem representada por Christine Delphy, que atribui um lugar central ao conceito de exploração, estendido ao econômico, ao familiar e ao sexual (PERROT, 2005).

Mas, na atualidade, as relações de gênero penetraram amplamente as ciências sociais e humanas. Inegavelmente, analisar o mundo do trabalho feminino pressupõe abordar as tramas que relacionam seu exercício à família. As atividades que mulheres e homens realizam no interior de seus domicílios para reproduzir a vida, sejam remuneradas ou não, guardam uma marca de desprestígio social, e são vistas como o *lugar da mulher* na sociedade. São longos os anos que separam o nascimento de uma criança até o momento em que ela pode viver autonomamente na sociedade e essa experiência é vivenciada pelas mulheres de forma silenciosa. O papel feminino está assentado na reprodução, com ênfase na maternidade e na realização de trabalhos domésticos.

E o exercício destes trabalhos reprodutivos definiu o lugar da mulher na esfera privada e seu contraponto, o papel masculino, no exercício do poder econômico na esfera pública. A dicotomia entre estes papéis (masculino e feminino), traçada ao longo dos séculos nos seus aspectos

fundamentais, consagra uma divisão sexual do trabalho, que embora tenha variado ao longo da história da humanidade, mantém-se em seus princípios básicos (KERGOAT, 2009). A sociedade industrial aprofundou esta divisão de tarefas, que se completou com a separação total da produção dos bens vendidos no mercado daqueles realizados no âmbito da família. Isto trouxe consequências importantes para a vida das mulheres e dos homens e é a raiz da invisibilidade do trabalho feminino. É neste processo que se estabelece o distanciamento social e espacial entre o cotidiano e as atividades mercantis dos homens e mulheres: a mulher ficou responsável pela família, mas estas atividades não geram riquezas e, quando elas participam das atividades mercantis, fora do lar, estas geram uma maior desigualdade, expressa pela dupla jornada de trabalho. O trabalho feminino pago e não pago construiu as diferenças de gênero e, ao se acrescentar a esta análise a dimensão raça/etnia, forma-se uma teia onde se assentam e se estruturam as tramas das diferenças e discriminações sociais.

A difusão da literatura sobre a questão racial no Brasil vem sendo produzida desde os anos 1930 por intelectuais e militantes do movimento negro, mas a realização da Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, convocada e realizada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1997, foi um marco relevante na difusão destes estudos e contribuiu para desvelar com mais força o fato histórico de que a democracia racial brasileira é um mito. Este debate ganhou força no país e ensejou o surgimento de um número crescente de estudos sobre relações raciais que vão revelando as nuances da desigualdade produzida no país pelo racismo. Não se pode olvidar a contribuição do movimento de mulheres negras para a reflexão sobre as desigualdades e discriminações produzidas no país pelo racismo e pelo sexismo. Por essas razões, combinar as abordagens de gênero e raça é a proposta deste número da Revista da ABET. Infelizmente há uma ausência de artigos a respeito dos povos indígenas e as questões de gênero, isso se deve a ausência de submissão de trabalhos sobre esta temática. Lamentamos tal fato e esperamos que este tema possa no futuro ser incluído em nossa Revista. E, por entender que urge despertar no meio acadêmico a reflexão sobre os significados do feminino e do masculino no universo indígena, recomendamos a leitura do livro organizado por Sacchi e Gramkow intitulado “*Gênero e Povos Indígenas*”, que foi editado pelo Museu do Índio (FUNAI) e GIZ em 2012.

Os artigos selecionados para este número da revista da ABET iniciam-se com o ensaio da pesquisadora convidada Helena Hirata, intitulado “*Trabalho, gênero e dinâmicas internacionais*”. Neste texto, a autora discute as mudanças no mundo do trabalho que o processo de globalização econômica, financeira, política, militar e cultural, provocou na última década. O artigo aborda ainda a forma como o taylorismo, fordismo e o debate sobre a reestruturação produtiva foram progressivamente substituídos pela análise das consequências da produção globalizada sobre a empresa e seus atores. Chama atenção para o fato de que a literatura sobre a globalização é ainda cega às relações de gênero (*genderblinded*) e lembra que esta tem consequências desiguais sobre as condições de trabalho e emprego, segundo o sexo do trabalhador.

O conjunto dos artigos selecionados trata de aspectos distintos que as relações de gênero assumem em nossa sociedade. O primeiro, de Cintia Rodrigues e Mônica Sapucaia, propõe uma reflexão sobre as políticas sociais brasileiras de proteção à maternidade. Originadas nos anos 1920 como parte da agenda de ampliação de direitos das mulheres, o artigo oferece uma análise sobre o estabelecimento destas políticas ao longo do processo de desenvolvimento nacional e propõe uma reflexão sobre a função social da maternidade, como um fenômeno cujos desdobramentos devem ser socialmente assumidos e partilhados, deixando de repousar exclusivamente sobre a existência feminina

O segundo artigo de Eugenia Leone e Paulo Baltar analisa o desempenho do mercado de trabalho brasileiro no período de 2004-2013, salientando a importância do crescimento econômico na reativação desse mercado. É proposta uma discussão sobre os desafios a serem enfrentados pela economia brasileira a fim de alcançar maior crescimento e repercussões positivas para o mercado de trabalho.

O terceiro artigo, de Izadora Regina Silva Aguiar e Daniela Verzola Vaz, discute a persistência da desigualdade salarial no Brasil, apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Usando a metodologia de decomposição de Blinder-Oaxaca e os

dados da PNAD 2014, avaliam se essa diferença de rendimentos é homogênea entre todas as regiões brasileiras.

O quarto artigo é de Marcelo Siqueira de Jesus e analisa o debate sobre a Educação para Relações Étnico-Raciais. Para apoiar a discussão, o texto dialoga com Hannah Arendt, Ernest Gellner, Franz Boas e Michel Banton.

O quinto artigo é de Marilane Oliveira Teixeira. A autora analisa a permanência das características do trabalho feminino ao longo do tempo: e, a despeito de uma década particularmente favorável para mulheres e homens, do ponto de vista do trabalho e da renda, ainda persistem alguns atributos a ela associados e que acompanham a inserção feminina no trabalho. E assim, não houve alteração no lugar delas na divisão sexual do trabalho.

O sexto texto, de Maria Izabel Machado e Marlene Tamanini, avalia aspectos da economia cubana sobre o prisma de gênero. O trabalho parte do entendimento de que a atualização do modelo econômico cubano vem produzindo mudanças que impactam diferentemente a vida de homens e mulheres. Utilizando a observação participante e entrevistas em profundidade, este trabalho conclui que as cadeias produtivas que se estabelecem corroboram a manutenção das mulheres em papéis essencializados, transformando seu trabalho em ajuda familiar nem sempre remunerada.

O sétimo artigo é de Rogério Mendes de Lima e Elisa Costa de Carvalho. Trata-se de um estudo de caso sobre as relações entre gênero, raça e precarização do trabalho. Sua leitura é de que, ainda que se percebam avanços nas relações de gênero e raça nas últimas décadas, existem setores da sociedade brasileira onde as escolhas e trajetórias profissionais ainda são determinadas por estruturas sociais que indicam a permanências das condições de subordinação da mulher negra.

O oitavo trabalho é de Thais de Souza Lapa e discorre sobre o tema das desigualdades salariais entre homens e mulheres. A partir de um olhar sobre o setor metalúrgico nacional, procura identificar os principais determinantes deste fenômeno e a permanência da desigualdade salarial entre homens e mulheres.

O último artigo é de Thiago Trindade de Aguiar e discute, à luz do caso da demissão de trabalhadoras lesionadas na Natura (Cajamar, SP), a desestruturação de um setor operário no processo de flexibilização no mundo do trabalho. A discussão proposta incorpora um recorte de gênero e reflete a exclusão destas mulheres do processo de produção fabril.

Boa Leitura!

Hildete Pereira de Melo

Coordenadora do Dossiê e Vice-Presidente da ABET

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e ciências humanas**: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, Rosa Tempos, 1997.

BLAY, Eva A. **Trabalho domesticado**: a mulher na indústria paulista. São Paulo: Ática, 1978.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34; Fundação Carlos Chagas, 2002.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H; LABARIE, F.; LE DOARÉ, H; SENOTIER, D. (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MADEIRA, Felícia; SINGER, Paul. Estrutura de emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, n. 13, 1975.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia M. (Orgs.). **Gênero e povos indígenas**. Brasília; Rio de Janeiro: Museu do Índio; Funai; Giz, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: QuatroArtes, 1969.

TILLY, Louise; SCOTT, Joan. **Women, work and family**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1978.